



REDE MOCAMBICANA DOS  
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

**RMDDH**

Quinta - feira, 24 de Novembro de 2022 | Ano 03, n.º 35 | Presidente: Prof. Adriano Nuvunga | Português

FILIPE NYUSI VOLTA A ATACAR CRÍTICOS

# Não são murmúrios, senhor Presidente, é cidadania!



**D**esde que chegou ao poder em 2015 nunca escondeu a sua aversão à crítica. O ambiente de terror e medo que instalou no Governo e no seu partido, onde, pela primeira vez na história da Frelimo, se reportam votações a 100%, é a face mais visível da sua intolerância à diferença. Mas no dia 11

de Novembro corrente, Filipe Nyusi fez dos ataques mais violentos contra os críticos à sua governação e até aos funcionários do seu próprio Governo. Num discurso de 46 minutos e 28 segundos, o Presidente da República deixou claro que, afinal, para ele crítica construtiva não passa do que chama de murmúrios,

barulho ou mesmo brincadeiras de pessoas sentadas nos gabinetes. O CDD alerta para o risco de os pronunciamentos populistas e pouco responsáveis do dirigente máximo do Estado motivarem mais hostilização de quem pensa diferente, incluindo activistas e defensores de direitos humanos que nada mais fazem senão exercer a cidadania, um princípio fundamental em democracias.

O Presidente da República falava na cerimónia de encerramento do ano académico do Instituto Superior de Estudos de Defesa Tenente-General Armando Emílio Guebuza (ISEDEF), que coincidiu com a graduação de novos quadros. Ao seu estilo característico, de um Presidente que aproveita eventos públicos para mandar recados aos críticos à sua governação, que está longe de responder aos anseios dos moçambicanos, Filipe Nyusi não definiu com precisão o seu público-alvo. Pelo contrário, atirou contra tudo e todos, incluindo funcionários públicos que, no meio de todo o tipo de carências, mantêm em pé o Governo de Nyusi.

A título de exemplo, ele desvalorizou toda a crítica sobre o falhanço do Estado no combate ao extremismo violento no norte de Moçambique, incluindo a violação de direitos humanos por alguns agentes das Forças de Defesa e Segurança (FDS). Mas, neste aspecto, o seu ponto de partida foi a célebre afirmação de que a situação político-militar de Moçambique, incluindo em Cabo Delgado, é estável, o que foi prontamente rebatido pela imprensa que segue com atenção os acontecimentos do norte do país.

“(...) essa estabilidade (...) é, sobretudo, resultado da coragem, de valentia e tenacidade dos moçambicanos que estão nas fileiras das Forças de Defesa e Segurança (...). Estão lá a trabalhar, nós aqui a falar, a murmurar, a pedir muito, eles ali a fazer muito para nós poderemos murmurar. São jovens, são muito pequeninos, hein”, disse o Presidente da República. Mais do que reduzir as críticas sobre o conflito do norte de Moçambique a murmúrios, Filipe

Nyusi estava ciente de que a sua afirmação podia cair mal na opinião pública, devido ao constante agravamento da instabilidade em Cabo Delgado. Por isso, tratou de se justificar.

“A quem vai dizer o Presidente falou isso, mas ouvimos que Namuno, não sei o quê. Mas quem disse que não vai (ser atacado)? Nunca ninguém levantou e dissemos, no Estádio da Machava, que, a partir de hoje, acabou a guerra. Como se faz isso com o terrorismo? O que estamos a dizer é que estamos prontos para ir aonde ele vai. Vamos perseguir (...)”, precisou.

Aos críticos do DDR, como é conhecido o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos antigos guerrilheiros da Renamo, o Presidente também não poupou.

“(...) Os guerrilheiros da Renamo (que) não sejam manipulados (...). O importante é que a Renamo e o Governo chegaram à conclusão de que temos de trabalhar para as pensões. Isto é importante. Agora, como fazemos, estamos a fazer juntos e que não haja alguém que distraia as pessoas, dizendo que alguém não tem vontade. Qual vontade que está a referir? Se nós é que provocamos, eu é que fui à Gorongosa falar com Dhlakama (Afonso Dhlakama, o líder histórico da Renamo), que este processo vai andar assim, faseado. Você não está a descobrir alguma coisa nova. Alguma vez já pensou, falou de pensão, na sua vida? Agora alguém está a dizer que este é o caminho, (mas você) depois quer bloquear com murmúrios”, disparou.

Foi na mesma cerimónia que Filipe Nyusi desvalorizou as críticas do CDD<sup>1</sup> sobre a grave violação do princípio de separação de poderes que o Presidente está a cometer ao conceder perdão a supostos terroristas, uma vez que, nos termos do Constituição da República de Moçambique (CRM), ao Chefe de Estado compete indultar e comutar penas e à Assembleia da República compete conceder amnistia e perdão de penas. No pódio do ISEDEF, ao invés de trazer argumentos legais, o Presidente limitou-se ao que chamou por “desconstruir essa narrativa de pessoas que estão

<sup>1</sup> <https://cddmoz.org/nyusi-desvaloriza-criticas-do-cdd-e-volta-a-perdoar-dezenas-de-supostos-terroristas-em-claro-desrespeito-a-constituicao-2/>

nos gabinetes a dizer que estamos a interferir nos direitos, sei o quê, que essa é mensagem da justiça, que deviam fazer amnistia (...). E, para consubstanciar o seu desprezo à crítica e à Constituição da República, ele voltou a perdoar, poucos dias depois, em Nampula, dezenas de supostos terroristas<sup>2</sup>.

O Presidente considera a crítica sobre a ilegal concessão de perdão a supostos terroris-

tas como “brincadeiras” e questionou: “você está a falar o quê? Fizem essas brincadeiras quando nós dizíamos que durmam lá às 20h00 por causa de COVID-19 violou a Constituição. Preferiam que morrêssemos todos. Morremos, até hoje, 2.218. Há seis meses que não morre ninguém de COVID-19. Mas essa morte de dois mil era morte diária, aqui na África do Sul e no mundo (...).”

## Presidente pode discordar, mas de forma responsável

O CDD alerta para o risco de estes e outros pronunciamentos populistas e pouco responsáveis do dirigente máximo de Moçambique motivarem a cada vez mais hostilização de quem pensa diferente, incluindo activistas e defensores de direitos humanos que nada mais fazem senão exercer a cidadania, um direito fundamental numa democracia. Ainda que o Presidente não concorde com certos posicionamentos, o que é normal em democracias, é crucial que ele mantenha a postura de Chefe de Estado, fazendo comentários e dando respostas de forma responsável, e não como um cidadão qualquer.

O Presidente tem, pois, o direito de discordar, mas tal deve ser feito dentro de um quadro à altura das funções que desempenha. Aliás, é também para isso que ele é Presidente da República. Discordar de forma responsável é diferente de desvalorizar a crí-

tica, deixando apelos tácitos para se abdicar da cidadania e convocando a adesão ao unanimismo. No caso destes pronunciamentos populistas do Presidente, o risco de eles motivarem mais hostilização de críticos e opositores é ainda mais sério tendo em conta o local e o público-alvo para o qual se dirigia: a classe castrense.

Na disciplina militar, as palavras do Comandante em Chefe, como é, por inerência de funções, o Presidente da República, não são simples comentários, como de um cidadão qualquer ou dos propagandistas do Governo que toda hora lançam ataques contra quem critica a governação de Nyusi e da Frelimo. Para os militares, os pronunciamentos do Comandante em Chefe são como que ordens que devem ser materializadas por aqueles que, em Moçambique, têm estado no topo da violação de direitos humanos.

## Ataque aos funcionários públicos

Mas não é só os “apóstolos da desgraça” ou “anti-patriotas”, como a propaganda governamental habitualmente apelida aos críticos à governação da Frelimo, que o Presidente atacou no dia 11 de Novembro. Aqueles que, enfrentando todas as carências, mantêm em pé o Governo, também não escaparam. Nyusi deixou claro que gostaria que os funcionários públicos não reclamassem, pelo contrá-

rio, agradecessem a si e ao seu Governo pelo “favor” que fazem aos funcionários. E, aqui, o mote não seria outro, senão a polémica Tabela Salarial Única (TSU), cujas incongruências e injustiças continuam a ameaçar a paralisação de alguns sectores nevrálgicos como saúde e educação.

E foi particularmente aos professores que o Presidente se dirigiu de forma incisiva. “(...)

<sup>2</sup> <https://cddmoz.org/nyusi-desvaloriza-criticas-do-cdd-e-volta-a-perdoar-dezenas-de-supostos-terroristas-em-claro-desrespeito-a-constituicao-2/>

estamos a trabalhar na Tabela Salarial Única. É uma iniciativa que a gente trouxe (riso sarcástico) por termos visto que o país está desequilibrado em termos de inclusão social. E ninguém nos disse, ninguém nos mandou e ninguém nos pediu, ninguém fez greve para que nós fizéssemos esse trabalho. Agora que o resultado sai, contribuam para que esse conceito, esta iniciativa, esta vontade triunfe. Um professor que tinha 15 mil, agora na tabela tem 40 – bom, não é muito, porque queríamos mais, mas que não apareçam pessoas a querer (...) porque não é difícil dizer «bom, cometemos um erro e vamos recuar para 15» (...) mas você faz confusão - «eu já não vou comer, não vou beber água porque eu já sai de 15 e agora estou com 40, mas não vou comer porque eu devia ter 100». Coma lá irmão, bebe lá água (aplausos da plateia) (...) e ajude o sistema a resolver o problema”.

Além dos apelos para “comer” e “beber água”, que se tornaram virais nas redes sociais, o Presidente usou o termo “enforçar” para os funcionários públicos. “Quero pedir aquelas pessoas que gostam de ter 100 e outros 10 – quando a gente puxa você para 110 e outro entra para 60 - não se enforque”, afirmou, sob aplausos dos militares. Aliás, a eles, o Presidente teve uma abordagem diferente: primeiro garantiu que tudo será feito para que não haja desequilíbrios gritantes, de resto um tratamento desigual na mesma função pública; e, segundo, que eles são “bons rapazes”, porque nunca se rebelam contra o Governo.

“(...). Isto falo aqui porquê? É simples, eu quero agradecer aos meus militares, aos meus amigos camaradas, eu fui forjado nesta casa (...). Estão na trincheira, a preocupação deles quando chega o dia é (se) algo pingou nas famílias que estão aqui no Maputo, ou estão ali no Niassa, estão ali em Lichinga. Quando não pinga, porque não sabe como as famílias vão viver e quando é que ele volta – é uma preocupação essa. Esses é que deviam estar a me dizer (...), mas temos a certeza de que esses nunca vão ficar por trás. Vamos acertar

alguma coisa que falhar, isto digo, o polícia, o militar, etc, trabalharemos para que essas coisas não aconteçam de uma maneira desequilibrada porque tenho muita sensibilidade com isso. Mas, mesmo assim, eles nem procuram, não levantam, não abandonam o campo, estão a perseguir o terrorista até onde for, enquanto nós estamos a gritar das televisões: «hoho hoho hoho». Você, nós queremos resolver o seu problema. Ajude lá a resolver o problema, não nos complique. Quem disse que não queremos resolver problema do professor aqui (...)?”

Depois visou os funcionários do Ministério da Economia e Finanças, que também se manifestaram contra a chamada TSU. “Quando estive no Egito (...) na minha delegação grande que me acompanhou, tinha lá financeiros, disseram «trabalham aonde?» «Economia e Finanças». «Ah, são vocês que estão a sair à rua para aquela marcha». «Ah, nós estamos aqui, não estávamos lá». Eu disse, vocês, em vez de estar a chorar, façam lá tabela bem porque quem estava a trabalhar para fazer tabela são vocês. Agora, vocês falham e depois saem à rua «eu, eu, eu». Vai lá sentar ali para fazer a tabela porque o funcionário está à espera para você corrigir aquilo que está mal. Não é você gritar. (...) não façam esforço de complicar”, disse.

O CDD entende que estas respostas de Nyusi perante o clamor dos funcionários públicos também não dignificam um Presidente da República que, neste caso, devia ter uma postura de um pai que, perante conflitos na família, deve ser o conciliador das posições. Além de desrespeitosos aos funcionários e agentes do Estado, entre eles heróis anónimos que, mesmo no meio de imensas dificuldades e salários míseros, garantem a prestação de serviços públicos, os pronunciamentos de Nyusi podem desmotivar aqueles que asseguram a prestação desses serviços indispensáveis principalmente para as famílias mais carenciadas, que dependem totalmente do Estado para ter acesso à saúde e educação e outros direitos fundamentais.



REDE MOÇAMBICANA DOS  
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

# RMDDH



## INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** RMDDH  
**Presidente:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beúla  
**Autor:** RMDDH  
**Layout:** RMDDH

## PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Reino dos Países Baixos



FORD  
FOUNDATION

Rua Dar-Es-Salaam, número 279, Bairro Sommerschild, Maputo -Moçambique **Contacto** +258 857645056  
 **Email** : info@redemoz-defensoresdireitoshumanos.org @RMDDH\_Moz @rmddh\_moz  
 **Facebook**:@RMDDHMoz redemoz-defensoresdireitoshumanos.org/ **linkedIn**: rmddh